

AFB
AFB
B.P.
AFB

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE

ÉVORA

ANO 2025

Índice

1	Identificação da Instituição.....	2
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	2
3	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .	3
4.	Caixa e depósitos bancários.....	9
5.	Ativos fixos tangíveis.....	9
6.	Custos de empréstimos obtidos	11
7.	Inventários	11
8.	Rédito.....	12
9.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	12
10.	Subsídios e outros apoios das instituições públicas	12
11	Instrumentos financeiros.....	12
12	Benefícios dos empregados	13
13.	Outras Divulgações	14
13.1.	Honorários ROC	14
13.2.	Investimentos financeiros.....	14
13.3.	Créditos a receber.....	14
13.4.	Outros ativos correntes	15
13.5.	Diferimentos	15
13.6.	Fornecedores	15
13.7.	Estado e outros entes públicos.....	15
13.8.	Outros passivos correntes	16
13.9.	Fornecimentos e serviços externos	16
13.10.	Aumentos/reduções de justo valor.....	17
13.11.	Outros rendimentos.....	17
13.12.	Outros gastos	17
14.	Proposta de aplicação de resultados	18
15	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

B.V ✓
 J
 MPAU
 AK
 RA
 AP

B.P.V.
f. *[Handwritten signature]*
AS
AA
[Handwritten signature]

1 Identificação da Instituição

A “CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE ÉVORA” é uma pessoa coletiva religiosa, com sede em Av. Combatentes da Grande Guerra, 2, canonicamente erecta em 24/11/1976 pela competente autoridade Eclesiástica, registada como instituição sem fins lucrativos, pela Direção Geral da Segurança Social em 29/07/1985 pelo averb.1 à inscrição 56/84 a fls. 79vº 80 do livro 2 das Fundações de Solidariedade Social.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Instituição, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Instituição reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e Agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Aos ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;

B. te
f
M
AS
M
A

- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Instituição.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL).

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2023.

3 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da CARITAS, mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, exceto quanto às rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções que se encontram contabilizadas pelo valor revalorizado. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 6

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Investimentos financeiros

No que diz respeito aos Investimentos Financeiros, o valor no final do exercício reflete a posição financeira a essa data.

Inventários

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas e subsidiárias foram valorizados pelo custo de aquisição.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

B.P.V.
P. M. P. M.
A. S.
A. S.
L.

- **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Instituição estão registados no ativo pela quantia realizável.

- **Clientes e outras contas a receber**

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

- **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

- **Caixa e depósitos bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

B. Fay
R
MAY
AS
AA
A

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como

-**Locações financeiras** quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

-**Locações operacionais** quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Instituição por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido acima.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

A locação operacional das rendas é reconhecida como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e outros entes públicos

Nos termos do n.º 1, do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Instituição encontra-se isenta de IRC.

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social, as retenções na fonte de IRS e o IVA.

B. TV

Subsídios de Instituições Públicas

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos. Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por rendimentos incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

Benefícios de empregados

Os benefícios de empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, serviço de disponibilidade, isenção de horário de trabalho, abono para falhas, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios são reconhecidas como um gasto no período em que os serviços são prestados.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposta sobre Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação de serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

B. P. G. ✓
p
M. P. R.
A. S.
A. B.
A.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Especialização dos Exercícios

Os rendimentos e gastos são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas e são registadas nas rubricas de diferimentos.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF- ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a CARITAS continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não existiram alterações às políticas contabilísticas aplicadas no ano.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e

assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não se verificaram correções de erros de períodos anteriores.

4. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	2.176,64	1.145,86
Depósitos à ordem	101.733,46	100.595,98
Depósitos a Prazo	85.003,16	
Total	188.913,26	101.741,84

Esses fluxos foram considerados de forma desagregada, pelas atividades operacionais, investimento e financiamento.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

15.57
 ↑
 Mary
 AS
 AM
 J

31.12.2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	1.167.213,00					1.167.213,00
Edifícios e outras construções	2.994.194,49					2.994.194,49
Equipamento básico	955.502,32	1.813,08	(545.667,79)			411.647,61
Equipamento de transporte	312.103,64	34.900,90	(83.909,56)			263.094,08
Equipamento administrativo	271.065,17	1.094,70	(245.416,38)			26.743,49
Outros Ativos fixos tangíveis	34.241,50	1.048,69	(5.867,34)			29.422,85
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	5.734.320,12	38.856,47	(880.861,07)			4.892.315,52
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	(329.723,69)	(63.265,08)				(392.988,77)
Equipamento básico	(827.639,99)	(27.788,06)	545.667,79			(309.760,26)
Equipamento de transporte	(270.373,14)	(11.542,24)	83.909,56			(198.005,82)
Equipamento administrativo	(271.065,18)	(218,94)	245.416,38			(25.867,74)
Outros Ativos fixos tangíveis	(27.412,31)	(2.216,79)	5.867,34			(23.761,76)
Total	(1.726.214,31)	(105.031,11)	880.861,07			(950.384,35)
Valor líquido	4.008.105,81	445.847,43	880.861,07			3.941.931,17

31.12.2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	1.167.213,00		(56.700,00)			1.110.513,00
Edifícios e outras construções	2.994.194,49	6.072,10	(73.300,00)			2.926.966,59
Equipamento básico	411.647,61	16.968,86				428.616,47
Equipamento de transporte	263.094,08		(7.980,77)			255.113,31
Equipamento administrativo	26.743,49	5.997,92				32.741,41
Outros Ativos fixos tangíveis	29.422,85					29.422,85
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	4.892.315,52	29.038,88	(137.980,77)			4.783.373,63
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	(392.988,77)	(61.834,17)	24.291,56			(430.531,38)
Equipamento básico	(309.760,26)	(28.478,74)				(338.239,00)
Equipamento de transporte	(198.005,82)	(15.613,90)	7.980,77			(205.638,95)
Equipamento administrativo	(25.867,74)	(753,83)				(26.621,57)
Outros Ativos fixos tangíveis	(23.761,76)	(2.084,24)				(25.846,00)
Total	(950.384,35)	(108.764,88)				(1.026.876,90)
Valor líquido	3.941.931,17	153.162,11	32.272,33			3.756.496,73

B. P. ✓
 M. P. M.
 A. S.
 A. A.
 J.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo, exceto quanto aos Terrenos e Edifícios e outras construções que se encontram reconhecidos pelo seu valor revalorizado. A revalorização destes ativos foi efetuada em 2017, com base na avaliação do património da Instituição por um perito avaliador independente.

Excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas	Edifícios e outras construções		Totais
	Terrenos	Edifícios	
Em 31.12.2024	1.254.450,12	1.387.454,99	2.641.905,11
Realização de excedentes pelo uso dos ativos		(238.065,55)	(238.065,55)
Em 31.12.2025	1.263.287	1.149.389,44	2.412.676,99

6. Custos de empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos encontram-se discriminados da seguinte forma:

Descrição	31.12.2025			31.12.2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	233.794,87	204.748,35	438.543,22	267.896,47	415.135,79	683.032,26
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	233.794,87	204.748,35	438.543,22	267.896,47	415.135,79	683.032,26

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	31.12.2024			31.12.2025	
	Inventário inicial	Compras	Inventário final	Compras	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.902,21	303.203,08	9.542,23	302.163,31	10.893,02
Total	11.902,21	303.203,08	9.542,23	302.163,31	10.893,02

CMVMC			305.563,06		303.514,10
-------	--	--	------------	--	------------

S.P. ✓
 R
 MRM
 ASE
 PAN
 L

8. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas		
Produtos Acabados		
Prestação de Serviços	2.167.351,06	1.985.844,61
Juros	8.681,29	8.678,13
Total	2.176.032,35	1.994.522,74

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existe qualquer situação à data de 31 de dezembro de 2025 que necessite da realização de uma provisão.

No período de 2025 não se identificaram ativos nem passivos contingentes.

10. Subsídios e outros apoios das instituições públicas

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	277.763,41	341.488,46
Subsídios de outras Instituições	214.321,82	203.564,00
Doações e heranças	48.802,43	47.949,33
Total	540.887,66	596.001,79

Os subsídios ao investimento são apresentados no Balanço, na rubrica de Fundos Patrimoniais, Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.

11 Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo (menos imparidade):

- Créditos a receber

B.12 ✓

P
 M
 AS
 AA
 A

- Outros ativos correntes
- Fornecedores
- Outros passivos correntes
- Financiamentos obtidos

Os Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

- Instrumentos financeiros detidos para negociação – Obrigações Tesouro

11.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	242.669,54	0,00	0,00	242.669,54
Fundo “Virgolino Lino”	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Reservas	136.450,82	0,00	0,00	136.450,82
Resultados transitados	-499.053,83	229.228,12	-69.197,41	-339.023,12
Excedentes de revalorização	2.641.905,11	0,00	-229.228,12	2.412.679,66
Outras variações nos fundos patrimoniais	360.084,20	0,00	-14.843,00	345.241,20
Total	3.382.055,84	229.228,12	-313.268,53	3.298.015,43

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, manteve-se inalterado sendo que nenhum membro auferiu qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2025 foi de 101.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	1.534.142,71	1.454.429,20
Indemnizações		5.932,76
Encargos sobre as Remunerações	317.633,26	305.297,68
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	18.568,08	12.344,38
Outros gastos com o pessoal	7.189,33	2.640,69
Total	1.877.533,38	1.780.644,71

B.B. ✓
 P
 M
 AG
 AN
 AP

Os Órgãos Sociais em funções foram eleitos para o quadriénio 2024 a 2027.

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

Não foram efetuados quaisquer tipos de adiantamentos a membros dos Órgãos Sociais da Instituição, como sejam os membros da Direção e Conselho Fiscal.

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria;

Não existem compromissos assumidos em nome dos membros dos Órgãos Sociais da Instituição.

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Órgãos Sociais da CARITAS, não são remunerados.

13. Outras Divulgações

13.1. Honorários ROC

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2025, foram de € 4.000,00 (2024: 4.000,00)

13.2. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Instituição detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	31.12.2024	31.12.2024
Outros investimentos financeiros	227.394,30	241.976,70
Total	227.394,30	241.976,70

A totalidade do valor apresentado em Investimentos financeiros é referente a uma aplicação do Banco Best.

13.3. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31.12.2024	31.12.2024
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	15.338,62	24.593,61
Total	15.338,62	24.593,61

B.T.V.

R
 M
 M
 M
 M
 M

13.4. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" apresenta, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	31.12.20245	31.12.2024
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Pessoal - Outras operações	2.665,02	918,20
Fornecedores	498,95	4.365,45
Outros acréscimos	0,00	0,00
Outros Devedores	278.647,35	105.052,59
Total	281.811,32	110.336,24

13.5. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Gastos a Reconhece		
Outros gastos a reconhecer	44.124,58	16.590,53
Total	44.124,58	16.590,63
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	12.775,00	20.396,59
FSE	99.047,19	
Projeto Gulbenkian	111.916,86	
Total	223.739,05	20.396,59

13.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores c/c	70.897,29	79.600,56
Total	70.897,29	79.600,56

13.7. Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

B.4 ✓
P
M
A
S

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.404,99	7.469,94
Total	13.404,99	7.469,94
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	8.032,91	7.517,69
Segurança Social	40.803,61	47.466,11
Total	48.836,52	54.983,80

13.8. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31.12.2025		31.12.2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		1.488,16		480,55
Credores por acréscimo de gastos		225.924,22		271.178,87
Outros credores		286.858,81		31.651,20
Total	0,00	514.271,19	0,00	303.310,62

13.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	164.222,55	136.155,87
Materiais	16.751,09	12.841,05
Energia e fluidos	109.234,17	83.551,68
Deslocações, estadas e transportes	2.315,75	1.986,84
Serviços diversos	591.756,10	568.580,12
Encargos com utentes	7.264,38	15.964,59
Total	891.544,04	819.080,15

B.F.V.

A

M.M.P.

A.S.

A.A.

A.P.

13.10. Aumentos/reduções de justo valor

Em 2025 verificou-se uma diminuição do valor do investimento financeiro o que resultou na seguinte variação de justo valor:

Descrição	2025	2024
Ganhos por aumento de justo valor		
Perdas por redução de justo valor	-14.582,40	-4.758,81
Total	-14.582,40	-4.758,81

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares		5.508,28
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	63,49	8.678,13
Rendimentos em investimentos não financeiros	117.194,75	15.840,86
Ganhos em Inventários	985,00	1.780,00
Outros rendimentos	46.768,60	132.886,64
Total	165.011,84	164.693,91

13.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	562,02	1.125,51
Gastos com apoios financeiros concedidos a Instituições	210.380,59	216.645,89
Dívidas Incobráveis		
Outros Gastos	30.908,63	55.132,02
Total	241.851,24	272.903,42

14. Proposta de aplicação de resultados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apurou-se um resultado líquido negativo, no montante global de 55.925,88€, o qual a Direção propõe que seja transferido para Resultados Transitados.

15 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção da Instituição em 24 de março de 2026.

Évora, 24 de março de 2026

A Direção

Bernardo Antão do Rio

Maria do Anjo dos Anjos

Maria Antónia H.S. Monteiro Barros

[Assinatura]

António Antão

O Contabilista Certificado

Juana A. F. G. G.